JUSTUTOR

Questão Discursiva 03429

O Estado■X■ instituiu um adicional de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que tem como fato gerador a propriedade de veículos em mau estado de conservação e/ou que possuam duas ou mais multas não pagas. Caio, proprietário de veículo automotor em mau estado de conservação e com cinco multas não pagas, é notificado da cobrança do adicional do tributo por meio de auto de infração. Como não apresentou defesa e não pagou o tributo, o Estado ■X■ ajuíza execução fiscal. Caio, no entanto, não possui meios para garantir a execução fiscal e opor embargos à execução, mas possui todos os documentos que comprovam sua defesa.

Com base na hipótese formulada, responda aos itens a seguir.

A) O adicional de IPVA instituído pelo Estado ■X■ é devido?

B) Qual seria o meio adequado para a defesa de Caio, nos próprios autos da execução fiscal, conforme o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores?

Resposta #005037

Por: Aline Fleury Barreto 20 de Fevereiro de 2019 às 14:53

A). Não. Adicional de imposto nada mais é do que nova instituição tributária sobre a qual não haveria autorização constitucional, contudo, ao Estado é dada a gestão de alíquotas do IPVA conforme o tipo e utilização do veículo (art. 155, § 6º, CF).

B). Em matéria tributária, não é possível opor embargos sem garantia do juízo (Lei 6830), para tanto, a doutrina criou instrumento de defesa intitulado "exceção de pré-executividade", aceito pelos Tribunais quando a matéria dispense dilação probatória e possa ser conhecida de ofício. Considerando que Caio possui todos os documentos para defesa, poderá opor a exceção.